



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

Túlio Henrique Pereira
Universidade Regional do Cariri /URCA
tulio.henrique@urca.br

ENTREVISTA KABENGELE MUNANGA: Ações afirmativas e impasses da mestiçagem no despertar da consciência racial.

RESUMO

Com o objetivo de registrar, em um diálogo descontraído, impressões sobre os avanços e os impasses da educação racial sob a perspectiva de proeminentes personalidades negras do Brasil, o Grupo de Pesquisa em História Afrodiáspórica (GEPAFRO) entrevistou o professor e pesquisador Kabengele Munanga. Aos 85 anos, Munanga apresentou um relato mnemônico de sua relação tensa com um Brasil fortemente racializado, desde os primeiros anos de sua chegada, no ano de 1975 — contexto que o motivou, ao longo de sua trajetória acadêmica, a investigar temas como raça, negritude, racismo, consciência racial e a luta antirracista. Reconhecido também por suas contribuições às reflexões sobre a mestiçagem no país, Munanga abordou as diferenças geracionais observadas entre os jovens da década de 1980 e os das décadas mais recentes, evidenciando transformações impulsionadas pelo fortalecimento da consciência racial ramificada pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) e grupos correlatos difundidos pelas Instituições de Ensino Básico e Superior no Brasil. Conversou ainda brevemente sobre os impactos das duas décadas de ações afirmativas no Brasil, com destaque para a implementação das Bancas de Aferição de Heteroidentificação enquanto mecanismo de garantia e justiça nas políticas de cotas raciais.

Palavras-chave: Kabengele Munanga, Ações Afirmativas, Negritude, Raça.

Interview with Kabengele Munanga

Affirmative actions and impasses of miscegenation in the awakening of racial consciousness.

ABSTRACT

Aiming to capture, in a relaxed dialogue, impressions of the advances and impasses of racial education from the perspective of prominent Black figures in Brazil, the Research Group on Afro-Diasporic History (GEPAFRO) interviewed professor and researcher Kabengele Munanga. At 85 years old, Munanga presented a mnemonic report of his tense relationship with a highly racialized Brazil, beginning with his arrival in 1975 — a context that motivated him, throughout his academic career, to investigate themes such as race, Blackness, racism, racial consciousness, and the anti-racist struggle. Also recognized for his contributions to reflections on racial miscegenation in Brazil, Munanga addressed the generational differences observed between young people in the 1980s and those of more recent decades, highlighting transformations driven by the strengthening of racial consciousness, fostered by the Centers for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABIs) and related groups disseminated throughout Brazilian primary and higher education institutions. He also briefly discussed the impacts of two decades of affirmative action in Brazil, highlighting the implementation of Heteroidentification Assessment Boards as a mechanism for guaranteeing justice in racial quota policies.

Keywords: Kabengele Munanga, Affirmative Action, Blackness, Race

Figura 1. Kabengele



Figura 2. Kabengele Munanga



**Fotografias. João Pedro da Silva Teles. cor.
Nikon D3300. DX VR AF-P NIKKOR 18-55mm
1:3.5-5.6G. Arquivo Pessoal. 2023.**

No mês de novembro de 2023, foi realizado o IV Congresso de Pesquisadores/as Negros/as – o COPENE Nordeste: Duas décadas das ações afirmativas e o futuro das políticas públicas resgatando o legado de Palmares. Na ocasião, eu, professor adjunto do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), juntamente com o estudante do curso de graduação em História, João Pedro da Silva Teles, embarcamos para Alagoas com o propósito de participar do evento e realizar entrevistas com personalidades importantes para a compreensão do pensamento e da história negra no Brasil.

A iniciativa de realizar entrevistas integrou as atividades do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Afrodiáspórica (GEPAFRO), do qual sou líder. Nosso objetivo, naquele contexto, era dar maior visibilidade a pesquisadores, intelectuais, artistas e forças políticas de projeção nacional. Coube a mim a elaboração das pautas, a seleção dos nomes a serem entrevistados, o agendamento dos encontros e, por fim, a condução das entrevistas. O graduando João Pedro da Silva Teles, à época membro ativo do GEPAFRO,

ficou responsável por toda a parte técnica de captação de áudio, vídeo e iluminação. Posteriormente, também assumiu a edição dos vídeos e a sincronização do áudio indireto.

Ao todo, entrevistamos três personalidades negras de grande relevância nas discussões raciais no país. O primeiro foi o professor Zezito Araújo; o segundo, o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga; e o terceiro, Adilson Pereira dos Santos, professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Aquela edição do COPENE Nordeste foi marcada pelo intenso debate sobre as duas décadas de implementação das ações afirmativas no Brasil – seus avanços, impasses e os desafios postos à consciência racial entre as novas gerações. Nesse contexto, tivemos a oportunidade de dialogar com o professor e pesquisador Kabengele Munanga, antropólogo nascido na cidade de Bakwakalonji, província de Kasai, na República Democrática do Congo (antigo Zaire, ex-colônia da Bélgica), e radicado no Brasil.

Nascido em 22 de junho de 1940, Kabengele Munanga, à data da publicação desta edição da *Revista Historiar*, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), encontra-se com 85 anos. É uma personalidade notável, um griot vivo – um dos intelectuais negros mais proeminentes nos estudos sobre as questões afro-brasileiras e a educação voltada à promoção da consciência racial no país.

Munanga foi um dos responsáveis por consolidar a concepção de que a educação é uma das principais ferramentas de combate ao racismo na atualidade, tanto no continente africano quanto na diáspora. Segundo Clayton Guerreiro, Munanga se graduou em antropologia social e cultural pela Universidade Oficial do Congo, em 1969, tornando-se o primeiro antropólogo daquele país.¹ Ao longo de sua trajetória destacam-se os seguintes títulos de sua autoria ou organizados por ele: *O negro no Brasil de hoje* (2006), *Arte afrobrasileira: o que é isso?* (2023), *Negritude: usos e sentidos* (2019), *Arte, cidade e meio-ambiente* (2010), em parceria com Elza Ajzenberg; *Origens africanas do Brasil contemporâneo* (2007), *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*:

¹ GUERREIRO, Clayton. “Kabengele Munanga”. In: *Encyclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2023. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/kabengele-munanga>. Acesso em 4 ago. 2025.

identidade nacional versus identidade negra (1999), *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira* (1998), organizado em parceira com o argentino Carlos Hasenbalg e a pesquisadora brasileira Lilia Schwarz.

A tônica de suas publicações se converge às temáticas das políticas antirracistas, à pesquisa sobre o racismo, a identidade negra, a negritude, o multiculturalismo, a educação e as relações étnico-raciais. Temas diretamente influenciados pela experiência de discriminação racial experimentada por ele ao ingressar na sociedade brasileira, no ano de 1975.

Ainda de acordo com Guerreiro (2023), seus estudos de pós-graduação se iniciaram na Universidade Católica de Louvain, Bélgica. No início de seu doutoramento, Munanga “se dedicou a pesquisar as artes africanas. Entretanto, ao retornar ao seu país de origem para mais uma temporada de trabalho de campo, foi politicamente perseguido por um governo ditatorial e impossibilitado de retornar à Bélgica, sendo obrigado a interromper o doutorado”.

Na entrevista realizada com o professor Kabengele Munanga, foi possível registrar um relato conciso do percurso que ele elaborou para apresentar durante a cerimônia de encerramento do COPENE Nordeste, em 2023. Trata-se de uma síntese densa, atravessada pela experiência da discriminação racial vivida em território brasileiro, além de reflexões sobre o despertar da consciência racial entre os jovens, em um cenário sociopolítico consideravelmente distinto daquele da década de 1980.

Munanga abordou, ainda, as tensões em torno da mestiçagem e das relações interraciais, temas que, ao longo do tempo, foram utilizados como estratégias para desqualificar tanto suas pesquisas quanto sua trajetória de militância – esta última marcada por um compromisso profundo com a ancestralidade africana. Ao se posicionar criticamente diante dessas tentativas de apagamento simbólico, o professor reafirma a importância de se considerar as especificidades históricas e culturais da população negra no Brasil, recusando abordagens universalizantes ou assimilacionistas.

Um outro ponto central de sua fala diz respeito à conexão histórica entre África e Brasil. Munanga enfatiza os impasses gerados pela implementação das políticas de ações afirmativas, especialmente a forma como essas políticas inflamaram o debate público e expuseram o desconforto da sociedade brasileira

diante das primeiras políticas em prol da reparação histórica em favor das pessoas negras. Suas reflexões evidenciam o quanto a reação contrária às cotas e às ações afirmativas está imbricada com a negação persistente do racismo estrutural e com a resistência à construção de um projeto efetivamente democrático e plural.

Ao encerrar o verbete dedicado a Kabengele Munanga na *Enciclopédia de Antropologia* da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, o antropólogo Clayton Guerreiro fez a seguinte inferência:

Embora não tenha elaborado categorias analíticas inéditas para refletir sobre a realidade das populações africanas em diáspora, o autor tem resgatado, historicizado e reinterpretado categorias antropológicas como raça, negritude e identidade negra. Tais conceitos têm se mostrado ferramentas teóricas potentes para a militância antirracista, para o debate público e para a educação, e seguem fornecendo subsídios teóricos para a formação de antropólogos, historiadores e educadores (Guerreiro, 2023).

Embora haja, em certa medida, uma convergência e compreensão quanto ao que Guerreiro nos apresenta sobre a ausência de ineditismo em suas categorias de análise da diáspora, é necessário destacar um ponto de inflexão. Ao revisitarmos as obras de intelectuais como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento, torna-se evidente que o elo que Kabengele Munanga estabelece com o interior profundo do continente africano – suas memórias, experiências e cosmologias – oferece uma dimensão analítica que não apenas reafirma as vivências na diáspora, mas também aprofunda, com maior densidade, as ferramentas conceituais para a interpretação das relações raciais no Brasil.

Essa interlocução entre o pensamento afrodiáspórico e as epistemologias africanas contribui de maneira tenaz para deslocar os estudos afro-brasileiros de uma posição exclusivamente vinculada à militância, conduzindo-os para um campo epistemológico próprio, ainda em construção, mas que se afirma cada vez mais no âmbito acadêmico. A contribuição de Munanga, nesse sentido, é fundamental, pois ao articular ancestralidade, território, espacialidade, contexto, cosmovisão e historicidade africana com as lutas e experiências da população negra no Brasil, ele permite a ampliação do escopo interpretativo da diáspora, articulando teoria e política sem pulverizar/fragmentar as especificidades de cada uma.

Diferentemente de abordagens que permanecem restritas a uma leitura ocidentalizada dos processos de racialização, Munanga reorienta o debate, introduzindo perspectivas africanas como fundamento para o entendimento das dinâmicas raciais e culturais no Brasil. Com isso, sua obra contribui para a consolidação de um campo de conhecimento que não apenas denuncia o racismo sistêmico, mas também propõe alternativas epistemológicas a partir de matrizes africanas de pensamento.

Túlio Henrique Pereira: É uma honra e uma satisfação estar entrevistando o professor Kabengele Munanga, que faz parte da programação do IV COPENE Nordeste – Duas décadas das ações afirmativas: O legado de Palmares e o futuro das políticas públicas. Professor, o senhor vai realizar uma conferência mais fluída, a partir das suas memórias. Mas o que esta temática e o COPENE significam para a sua fala de encerramento, e o que significa Palmares para o Brasil?

Kabengele Munanga: Bom, Túlio, em primeiro lugar, boa tarde. Obrigado pelo convite. Obrigado, João Paulo. Na realidade, essa proposta não é uma conferência.

O que proponho é que se crie em nossas reuniões do COPENE, não apenas no COPENE Nordeste, como no COPENE Nacional, um momento em que as pessoas possam contar um pouquinho histórias de suas vidas sobre o racismo no Brasil. O racismo é um fenômeno muito complexo. É um objeto de leitura e de interpretações por várias disciplinas científicas. Tem leitura sobre o racismo que vem da parte da biologia, da sociologia, da antropologia, psicologia, psicanálise, história, etc. São análises. Mas o racismo, esse fenômeno complexo que já fez muitas vítimas. Pessoas morreram fisicamente, e nunca puderam contar como foram atravessadas por esse fenômeno. Nós mesmos, ninguém se senta para conversar sobre o racismo, o que ele passou pessoalmente na vida. A gente faz teorias, escreve livros, mas ninguém sabe se o professor Kabengele Munanga já foi vítima de racismo.

Enquanto abordagem, enquanto tratamento. Ele mesmo, pessoalmente. Sua família, seus filhos, seus netos... Então, a proposta não é fazer uma conferência. Eu vou me sentar, dizer quem sou eu, como descobri o racismo no Brasil. Porque eu não nasci aqui. Eu vim de um continente africano, de um país que se chama República Democrática do Congo, há 48 anos atrás, era ainda um

jovem. E quando eu cheguei aqui, antes de chegar, eu não sabia que havia racismo no Brasil. Como descobri o Brasil? Como convivo com o racismo? Então, contar essas histórias que as pessoas não contam. Então, essa mesa é uma mesa para as pessoas, depois da minha fala, para algumas pessoas se sentarem à mesa, contar um pouquinho, como eles vivem o racismo na vida. E que todos se reúnam na mesa para falar um pouquinho do racismo.

Então, a minha proposta é essa. Eu me lembro de uma vez, anos atrás, foi em 1981, que conheci um grande intelectual brasileiro, era um grande geógrafo, que se chama Hamilton Santos. Eu estava num congresso no Rio de Janeiro, sentado numa mesa, falando sobre o racismo. Ele estava na sala, depois da minha fala ele se aproximou, se apresentou, foi então que a gente se conheceu. Em 81. Ele me disse o seguinte, gostei muito da sua fala, porque em nossas vidas, nossos pais não tocam nesse assunto na educação. Aí, anos depois, Eliane Cavallero escreveu um livro com o título, *Do silêncio do Lar ao silêncio Escolar*. Quer dizer que no lar, na educação, as pessoas não falam do racismo aos seus filhos, sejam brancos ou negros.

Então, essa mesa, não se trata de uma conferência, não preparei nada. Vou me sentar, começar a me lembrar, desde que cheguei aqui, relatar alguns momentos em que fui discriminado. [Fazer um exercício de compreender] como esse racismo não me matou, haja vista que mata a tantas pessoas. Como ele funciona? É por isso que eu costumo dizer que o racismo brasileiro é um crime perfeito. Ele mata duas vezes, a segunda vez, pelo silêncio. Mata fisicamente as vítimas, mata também pelo silêncio. Às vezes, um negro pode ser discriminado, ele não tem consciência de que foi discriminado. Um branco pode discriminá-lo, às vezes, sem consciência de que ele discriminou o negro. Então, isso faz parte das manifestações do racismo à brasileira, que a gente deve começar a contar um pouquinho de nossas histórias de vida. Foi uma solicitação minha aos organizadores do COPENE, um pedido meu para que eu não proferisse uma conferência. Não farei nenhuma conferência, apenas contarei histórias.

Túlio Henrique: Professor, magnífica a sua exposição e ênfase a importância da subjetivação nas nossas apresentações, nas nossas conferências. Mas ao inserirmos os relatos de experiências em apresentações no interior das universidades, acaba por estabelecer uma quebra da lógica de que a academia precisa ser enrijecida, tão dura. A

memória e o relato de experiência possibilitam o acesso dos jovens à ancestralidade. Principalmente esses jovens que têm aderido aos Neabs e aos Neabis, aos grupos correlatos, como o GEPAFRO, por exemplo, e têm fortalecido outras perspectivas, outras potencialidades. Em 2006, o senhor escreveu o livro *O negro no Brasil de hoje*. E o senhor tende a revisar alguns dos seus escritos, alguns dos seus estudos, algumas de suas teses. E lá em 1999, voltando um pouquinho ainda, o senhor publicou, *Rediscretando a Mestiçagem no Brasil*. Após todos esses passos, como que o senhor estabelece um comparativo com o negro do Brasil de 2006. Ele continua sendo o negro do Brasil em 2023, é o mesmo negro? Quais foram as mudanças que o senhor tem percebido a partir da sua experiência?

Kabengele Munanga: Bom, são experiências de 48 anos do Brasil, como eu disse. Quando eu cheguei no Brasil, em 1975, o mito de democracia racial ainda era muito forte. A imprensa brasileira não tocava na questão do racismo, não se falava do racismo. Eu encontrei o racismo só nos livros, na academia, na Universidade de São Paulo, onde um dos meus professores dava um curso sobre diferentes posições metodológicas sobre os estudos do negro no Brasil.

Nessa aula dele, em João Baptista Borges Pereira, que me orientou, ele denunciava o racismo. Mostrava como funcionava o racismo à brasileira. Nesse livro que eu li, nessa aula dele, que era uma disciplina de pós-graduação, que eu descobri os grandes autores que trabalharam sobre a questão do racismo, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Oracy Nogueira e tantos outros, que comecei a me conscientizar sobre o racismo no Brasil. No cotidiano também, na minha abordagem, na maneira como foi feito, e olhada pelos brasileiros, é que eu comecei a descobrir o que é o racismo brasileiro, a me conscientizar, não sei. Vim aqui para trabalhar na minha tese de doutorado, era sobre a África. Não sei o que aconteceu na minha vida. A minha intuição talvez falou mais forte do que a minha racionalidade.

Acabei mudando e trabalhando sobre o racismo. Então, a pergunta que fica é: 48 anos depois, como eu vejo as mudanças na questão do racismo no Brasil? Os negros ainda estão sendo a posição inferior na sociedade brasileira. Mas o que aconteceu nesses 48 anos é que a consciência para mim sobre a questão do racismo está crescendo. A consciência que não encontrei. Muitos jovens hoje, pessoas da sua geração, jovens estão assumindo a sua negritude.

Alguns negros na época, pessoas da sua cor de pele, não assumiam a negritude deles. Todo mundo fugia para se dizer pardo. Então essa consciência está crescendo. Graças a essa consciência que cresceu, que é uma consciência de luta, de gerações.

Hoje é dia 18, daqui há alguns dias será o dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Dia esse em que, de acordo com a documentação, Zumbi dos Palmares foi capturado, foi morto. Um dia que naquela época, só em algumas universidades, tinha uma semana do negro para se trabalhar a temática. Mas hoje temos esse dia que mobiliza o Brasil inteiro. Tem vários estados que dia 20 de novembro, é um dia de feriado, um dia de reflexão. Não é assim que se resolve o problema do negro, mas é um dia simbólico de reflexão, de luta que vem de gerações, para dizer para o jovem brasileiro, olha, nossa luta continua. E vamos ainda lutar para conquistar o nosso lugar na sociedade. Foi nesse processo que nasceram as políticas de ações afirmativas. Não se falava de cotas raciais no Brasil.

Até a Conferência do Durban de 2002, que a delegação brasileira, na 3^a Conferência da ONU contra o racismo na África do Sul, se mobilizou com as propostas para lutar. Quando saíram da Conferência do Durban, as autoridades brasileiras que a representaram já tinham consciência de que o Brasil tinha que mudar. Mas que precisava passar por políticas, política pública. Por isso que houve lei, lei das cotas, que durou quanto tempo. Esse projeto demorou dez anos, os trâmites no Congresso para ser votado. Enquanto isso, várias universidades, a partir da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, (UERJ), da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) já adotaram políticas de cotas que serviram de exemplos por várias universidades que se mobilizaram. E antes da lei de 2016, a lei das cotas, em 2012, já tínhamos cerca de 100 universidades públicas estaduais e federais que já trabalhavam com as políticas de cotas.

Isso faz parte do processo de mudança do Brasil que muitos não vêem. É por isso que hoje já temos, em algumas universidades, professoras e professoras negras. Ainda há pouco, mas nós já somos representados. Já temos estudantes negros e negras, de várias universidades, de várias instituições, que não existiam antes. [Um contingente] Que não existia no século passado, começou no século 21. Então isso faz parte desse processo de mudanças. É por

isso que costumam dizer que já estamos no túnel do tempo. Nós não saímos do túnel, nós entramos no túnel do tempo, rumo a uma caminhada que ainda vai chegar há algumas gerações. Porque as pessoas acreditam, como alguns já queriam no Congresso, acabar com as políticas de cotas. Isso não transforma a história de uma sociedade, o racismo, que é um fenômeno que começou desde que os negros foram deportados e chegaram aqui há 400 anos.

Você transforma isso em uma política de 10, 20 anos. É impossível. É só um milagre. É um processo que vai demorar, mas a consciência cresce. Estamos hoje no túnel do conto. Por exemplo, você é muito jovem. Na minha época, quando eu cheguei, ainda havia uma mesinha para falar sobre a questão dos negros. Eram brancos que falavam dos seus negros. Hoje não existe mais. As universidades são pessoas negras que estão nas mesas, com alguns brancos pesquisadores conscientes, falando sobre o racismo, que é um problema da sociedade, não é um problema do negro. O negro não inventou o racismo. O negro é vítima do racismo. Então, para mim, há grande transformação é essa consciência. Não há como destruir mais. Cada vez está crescendo mais. Vocês que são mais jovens têm uma linguagem mais forte.

Sabem o que quer? Porque o futuro da sociedade não depende mais das pessoas velhas. Vai depender de vocês jovens que são pessoas mais vítimas dessa sociedade.

Túlio Henrique: Professor, 135 anos de abolição no Brasil. O senhor tem falado, principalmente na fala de hoje do senhor, vai se manifestar em torno dessa questão do racismo cotidiano, a partir da sua subjetividade. Como a população brasileira, às vezes, encara esse discurso em torno do conceito de racismo de uma forma muito despolitizada. E também acreditando que se trata de um discurso comum e que todo mundo poderia se apropriar. Há muito tempo nós falávamos de racismo sistêmico. Os nossos antepassados, eles não eram ouvidos. Daí foi preciso que o professor Silvio Almeida sistematizasse o conceito de racismo estrutural para dar uma outra dimensão acerca disso. Qualquer um pode falar de racismo? O senhor poderia explicar, de uma forma sucinta, essa questão do racismo que está presente no nosso cotidiano, que nos impede de

mobilidade em todos os sentidos da vida, como o econômico, o social, o político, o afetivo, principalmente, o intelectual?

Munanga: Costumo dizer que o racismo é um conceito. Um conceito que carrega várias coisas, que faz com que os negros sejam vítimas das sociedades, discriminados, subrepresentados, vítimas de todas as formas de ingerências, violência de sua humanidade inferiorizada. Mas esses fenômenos, várias pessoas não sabem exatamente o que é o racismo, inclusive o racismo brasileiro, que não conscientiza as próprias vítimas. Vocês já ouviram falar das pessoas falando do racismo do negro contra o próprio negro? Essas pessoas não sabem o que é o racismo.

Vocês já ouviram falar do racismo do negro contra o branco? Quer dizer que essas pessoas não sabem o que é o racismo. Conceitos que as pessoas utilizam, que fazem vítimas, mas as pessoas não sabem do que se trata. Por isso, quando se fala da lei, nossa lei nº 10.639, para introduzir uma educação antirracista nas sociedades brasileiras, um professor na sala de aula tem que, antes de mais nada, explicar aos seus alunos, branco e negro, o que é o racismo. Porque depois de saber o que é, que nós podemos buscar soluções contra eles, que nós podemos construir uma sociedade contra esse fenômeno. Então, para você poder definir o que é o racismo, a primeira coisa é simplesmente começar a dizer para as pessoas como ele se manifesta, como nós vivemos nisso.

É por isso que essa mesa é para contar histórias. Como se manifesta o racismo? Se o racismo, pela definição, não haveria racismo do branco contra o negro se a humanidade do negro não fosse negada, inferiorizada, sua cultura considerada simplesmente como inferior. Se o racismo não fosse considerado, os negros não fossem considerados como humanidade sem histórias. Como nasceu a negritude, por exemplo. Porque a construção do nosso racismo passa pela consciência das negritudes. Não é simplesmente consciente de sermos negros, mas consciência do quê? Como esse negro foi considerado, tratado na história, desde a escravidão, passando para a colonização dos países africanos, pelo tratamento que ele vive hoje. Como explicar que 135 anos depois da abolição da escravidão, da escravatura, o negro ainda esteja em uma posição inferior na história da sociedade brasileira.

Se chegar num estado como o da Bahia, onde a maioria da população é negra, são 80%, onde você vai encontrar os negros? Você encontra 80% de

negros na Câmara dos Vereadores? Você vai encontrar 80% de negros na Assembleia? Você vai encontrar 80% de negros na universidade? Estudantes, professores, professores negros, em vários setores da vida? Você não vai encontrar. Por quê? Onde está a democracia? Se essa democracia vem pelo voto, por que o negro não se elege? Por que só elege o branco?

Túlio Henrique: O racismo, ele também perpassa pela questão da empatia, porque às vezes nós temos, professor, esses candidatos ou essas personalidades que se colocam para a escolha pública e elas acabam não sendo escolhidas, seja pela questão econômica, e também por essa questão da empatia.

O racismo, ele se coloca, ele se introjeta em todas essas esferas, impedindo que essa empatia também ocorra para com a pessoa negra, e aí nós temos algumas considerações acerca, por exemplo, da negação no discurso, mas também de toda a construção da fealdade e de subalternização dessas personalidades.

Munanga: Você se referiu há pouco tempo ao livro do Silvio de Almeida, não apenas Silvio de Almeida que falou do racismo estrutural, mas também Dennis de Oliveira, ao escrever um livro sobre o racismo estrutural. Para mostrar que as pessoas agem com o racismo, essa manifestação de rejeição e dissimulação entre indivíduos não é porque ele está no tecido da sociedade, no tecido social, passa pela educação. Então, está na estrutura, a estrutura é algo que você não consegue controlar.

Você vê a estrutura de um prédio, de um edifício, mas a estrutura da qual nós falamos, a gente não enxerga isso, não controla isso. Mas como você vai mudar esse fenômeno que é estrutural, que é dentro da estrutura, sem modificar essa estrutura? Então, a primeira coisa é você modificar essa estrutura. A estrutura não se modifica simplesmente com as palavras. Hoje é fácil dizer, todo mundo agrada os negros para dizer que somos antirracistas, mas são palavras. Mas como você muda sem destruir o racismo, sem mudar essa estrutura? Isso é a questão principal. Essa estrutura da qual nós falamos, mas que nós não sabemos, é uma lógica que a gente não controla. Estrutura que passa simplesmente, não simplesmente pela educação, pela organização social. Podemos falar de estrutura social, política, econômica.

É estrutura mental também, como você muda isso. E isso é a questão que o Silvio Romero coloca naquele livro. O racismo que passa pela educação. Porque o que faz, por exemplo, que alguma pessoa discrimina a outra? Essas pessoas não nasceram com isso. Passou pela educação, e essa educação faz parte da estrutura da sociedade. Educação escolar, educação formal, é o controle da sociedade, do poder. São eles que mudaram esse modelo, esse modelo de estrutura. É por isso que a lei nº10.639/2003 foi votada no Congresso, para encontrar caminho para lutar contra esse fenômeno. Mas não basta você criar a lei. A lei está lá, tem que saber como começar a trabalhar isso. Como trabalhar isso na sala de aula.

Como os professores, com o fenômeno estrutural, que está na estrutura mental das pessoas, estrutura da sociedade, as próprias pessoas receberam uma educação racista, os educadores. Como eles vão trabalhar um fenômeno, contra um fenômeno da sociedade, que eles mesmos convivem com isso de uma maneira inconsciente. Então, isso é a dificuldade que nós temos. É por isso que o racismo é um fenômeno complicado, estamos conscientes, trabalhando, mas é um longo processo. Está na hora de a gente se sentar para contar histórias, fazermos piadas, e rirmos. Como nós vivemos isso com o cotidiano, às vezes você está sendo discriminado, você não sabe que está sendo discriminado. Você sabe que se alguém diz que tem a racismo do negro contra o negro, como o negro pode discriminar o próprio negro? Ele acha que ele é superior se ele é negro.

Fatos esses só podem vir de um negro alienado, que não assume a sua humanidade. Mas como ele discrimina o outro? Ele acha que ele é superior ao outro pela natureza? Então não tem sentido. Racismo contra o negro não existe. É como você dizer que o pobre tem racismo contra o branco, como o pobre vai ter um racismo contra o branco? Nós precisamos utilizar isso como uma questão social. Então é complicado. É por isso que é bom trabalhar esse fenômeno. É contando as histórias, como pretendo começar hoje. Cada vez que a gente se encontra, a cada ano, cada dois anos, é bom para as pessoas mais jovens saberem exatamente como se manifesta, como é. Para ter consciência da luta, que ainda tem.

Porque você pode, nos Estados Unidos, ou no regime do *Apartheid*, onde o racismo era institucionalizado pelas leis, fazer parte do aparelho do Estado,

você podia, negro, passar na rua, não podia entrar aqui. Eles vão dizer, aqui não é para negro. Você não entra. Segregação. Quer dizer, aqui os negros também não entravam. Mas não diziam, você não entra. Quer dizer, não, aqui precisava reservar por antecedência. Você é cliente aqui. Então, essas nossas manifestações do racismo complicam até o processo de consciência. Por isso que eu estou dizendo que você pode ser discriminado sem consciência. Você chega num barzinho, à noite, na porta, o porteiro já diz para você, não, você não pode entrar. Porque você precisava reservar com antecedência. Nos Estados Unidos não era assim. Você não entra. Você é negro.

Aí você sai com consciência, sabe como lutar. Aqui você não vai saber como lutar.

Túlio Henrique: Ainda é aquela consideração do racismo implícito, ou daquilo que não está explícito na lei.

Munanga: Exatamente. Não está explícito pela lei. É como o carrasco. O carrasco mata sempre duas vezes. A segunda vez, pelo silêncio. Ele está com o capuz para enxergar. Você não sabe quem mata você. Então, o nosso racismo é isso.

Túlio Henrique: Professor, 135 anos após a abolição, uma década após a primeira aprovação da lei de cotas, que é 12.711, de 2012, que foi agora revista um ano de atraso. E aí nós temos alguns problemas em relação à concepção da compreensão de quem é negro no Brasil. Os pretos e os pardos. E uma discussão muito grande em relação a essa consideração dos pardos nas bancas.

O que o senhor acha que muda, o que melhora com a inserção dos quilombolas, desse reconhecimento territorial dos quilombolas? Como que o senhor percebeu e recebeu a ampliação e a renovação da lei 12.711 para a lei 14.72, de 2023?

Munanga: Olha, quando as pessoas se inscrevem para entrar pelas cotas, pelo próprio IBGE, você declara a sua raça, para você ser beneficiado pelas cotas. Porque se a pessoa não se declara, como que eles vão ser beneficiados por essa lei? Tem que dizer, olha, essa pessoa se declarou negro para ser beneficiado pelas cotas, se declarou indígena ou se declarou

quilombola. Então, é o que nós chamamos de autoidentificação. Você se identifica você mesmo para ser beneficiado por essa lei. Até então, tudo bem. Mas perceberam que se não fizerem isso, se não controlar, vai ter fraude.

E essas fraudes começaram a se manifestar. Já que começamos a ter algumas pessoas que aparentemente tinham, eram, eram brancos, se diziam pardos. E como você vai controlar isso? Porque numa sociedade, a mestiçagem faz parte do sonho da humanidade. Dois jovens podem, dois jovens mestiços podem ter aparência diferente. Outro tem aparência, um fenótipo branco, o outro é mais escuro. Como aconteceu com dois gêmeos na UNB quando criaram a política de cotas, dois gêmeos tentaram entrar pelas cotas, um entrou porque indiscutivelmente ele era mestiço claro, o outro tinha aparência branca. Por isso tem que ter controle, comissão que nós chamamos de Comissão de Heteroidentificação. Pessoas que vão controlar se realmente essa pessoa está se apresentando como negro, se ela é mestiça mesmo.

Então tem que ver outro controle, testemunha, ele vai ter que provar. Como aquele menino na UNB comprovou, olha, sou mestiço, sou pardo, olha, meu irmão entrou. Então tem que ter outro controle para evitar essas fraudes. Porque as pessoas se declaram, preto e pardo. Porque o conceito de negro é um conceito político. Para nós, para o Movimento Negro, negro inclui pardo e preto. E são vítimas do racismo, é por isso na inscrição ele se inscreve como preto e como pardo, para evitar fraude. Se evitou, por exemplo, o conceito de afrodescendente, que teria sido utilizado, mas a África é o berço da humanidade, qualquer um pode se dizer afrodescendente. Branco, você vai dizer, não, a própria ciência já diz que a África é o berço da humanidade, todo mundo é um afrodescendente.

Então se evitou aquele conceito de afrodescendente para utilizar o conceito de pardo, de preto, que são realmente vítimas do racismo. Pode haver um pardo que tenha aparências brancas. Isso faz parte da genética. Então tem que verificar realmente pela documentação para testemunhar se realmente aquele jovem que tem aparência de branco é pardo. E se também, qual é o salário, de acordo com a lei das cotas, os pais dele têm que ter um salário-mínimo, renda a família um salário-mínimo e meio, dois, não sei quanto que é, para poder entrar. E se ele estudou, se fez o ensino dele na escola pública. Filhos

do professor Kabengele que estudaram, por exemplo, fizeram escola primária, colégio, num colégio particular, ou seja, não são beneficiários pelas cotas.

Então tem que controlar tudo isso pelas comissões que chamamos de Comissões de Heteroidentificação.

Túlio Henrique: Professor, prometo que serão só mais três perguntas. E aí, ao longo da abertura do evento, o professor Zezito de Araújo, ele fez ali um apanhado, um exercício de memória histórica, trazendo várias personalidades negras da militância do Movimento Negro Unificado no Brasil. E ele vai apresentando vários sujeitos que naquele contexto que eram jovens e que agora nós temos memórias dessas personalidades. Como o senhor analisa, a juventude negra que está desempenhando o papel político ou pertencendo a grupos como o GEPAFRO, como tantos outros grupos, Neabs, Neabis, pelo Brasil todo?

Munanga: Você me perguntou no início, falando da minha parte, dizendo qual é o lugar negro na sociedade brasileira hoje.

Quando eu vejo a juventude negra hoje, uma juventude mais consciente do que a juventude que encontrei 40 anos atrás. Uma juventude que tem consciência que se não se mobilizar, defender seus direitos numa sociedade racista, eles vão continuar a ocupar, posições subalternas na sociedade brasileira. Vão continuar a ser vítima de racismo sem justiça social. Então a juventude hoje, os que são mobilizados, é uma juventude mais consciente do que é, se não se mobilizar, se não se posicionar, se não lutar, se não se solidarizar, eles não vão conseguir enfrentar o racismo que não é um fenômeno que se enfrenta individualmente, tem que ser uma luta coletiva. Eu tenho consciência hoje que essa juventude hoje é mais consciente e sem consciência a gente não pode ser, não pode lutar contra o racismo.

Túlio Henrique: Finalmente, realmente para finalizar, professor, o que deverá estar em nossos horizontes desse ponto em diante, no que se refere às contribuições para a consolidação de um Brasil com mais igualdade racial?

Munanga: Eu acho que nós devemos ter a consciência de que estamos ainda em uma luta que vem de gerações anteriores. Que vem da herança dos

Palmares. Temos algumas conquistas, outras são conquistas simbólicas, como por exemplo fazer reconhecer o dia 20 de novembro, uma conquista por dia. Mas temos ainda um longo caminho para transformar o lugar da situação do negro na sociedade brasileira. Ainda não somos tratados igualmente, ainda somos subrepresentados em todo o setor da vida social. E isso passa pela educação. A educação é um caminho simbólico de transformação da sociedade, uma educação antirracista. Nós temos que lutar por isso.

Os negros têm que lutar por isso. O negro hoje sabe que as leis também podem ser uma luta contra o racismo. Perante a lei somos iguais. Mas essas leis têm que funcionar. Não podem ficar letras mortas. O jovem hoje sabe que sem políticas públicas de inclusão do negro na sociedade, você não transforma a sociedade, não muda a situação do negro. Não precisa declarar só antirracista. Tem que ter políticas concretas. Os jovens estão hoje lutando com suas lideranças para que haja essas políticas públicas de transformar a sociedade, que são políticas de inclusão. E isso faz parte do processo.

Túlio Henrique: O senhor ainda tem um sonho que não realizou e que gostaria que se realizasse?

Olha, o sonho é esse processo. Eu posso dizer que com meus 83 anos... Não sei mais quantos anos de vida eu terei ainda daqui a pouco, mas eu tenho netos e filhos brasileiros. Eu tenho netos e netas. Eu sempre me preocupo com como vai ser o lugar, a situação dos meus filhos numa sociedade racista como essa sociedade. Mas a única coisa que me tranquiliza é que eles estão crescendo com a consciência do que eles estão vivendo numa sociedade racista. Apesar das conquistas do avô, eles vão ter que lutar, porque automaticamente eles não serão incluídos na sociedade. Estão crescendo com essa consciência de luta. Eles sabem como se manifesta o racismo, como se comportar, como lutar. E essa consciência para mim é o único sonho que acho que vai mudar a sociedade. Mas a situação do negro ainda não mudou. Como falei, estamos entrando no túnel do tempo. As conquistas que nós temos como resultado de luta antirracista são verdadeiras. Ainda são poucos, mas ainda temos muita coisa para conquistar.

Túlio Henrique Pereira

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social na Linha História e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com pesquisa no âmbito da História, Cultura, Imprensa e Representações Visuais da Arte no século XIX e XX, investigando especialmente as representações do Corpo e da Pele Negros (Afro-brasileiros) em textos e imagens visuais produzidas pelas técnicas do clichê, litografia e xilogravura, imagens essas que foram difundidas em impressos ilustrados e literários do Brasil da Primeira República no território da Bahia e do Rio de Janeiro. Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade (Multidisciplinar) na Linha Memória, Cultura e Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com pesquisa no âmbito da História, Cultura, Identidades, Imagens e Literatura das Representações Identitárias e as Sensibilidades dos Corpos Afro-brasileiros escravizados, a partir de anúncios divulgados na Imprensa periódica da Bahia Imperial até o advento da Primeira República. Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), com pesquisa na Linha das Identidades, Imagens Visuais e História Regional e da Cultura, na qual, a partir de pinturas de quadros de um pintor goiano investigou representações dos aspectos identitários que demarcavam lugares de exclusão e inclusão ou pertencimento dos sujeitos sociais nos espaços públicos da Praça Pública. Atualmente é professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), na cadeira de História Afro-Brasileira e Indígena e professor do quadro permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/URCA). Desenvolveu estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Possui estagio Pós-Doutoral em desenvolvimento na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Desenvolve pesquisa com foco nos temas das Identidades Étnicas e Afro-brasileiras; História da Pele e do Corpo Negro no Brasil; Possui estágio Pós-Doutoral em desenvolvimento. Escravidão negra no Brasil Imperial, Pós-Colonialismo e Primeira República; Imagens Plásticas e

Visuais; Século XIX e XX; Cultura;
Memória e Representação.

Curriculum Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9301454984951367>
